

## Comissões aprovam emendas ao Orçamento

A maior parte dos recursos aprovados foram para segurança pública, saúde, turismo e educação. Emendas ainda precisam passar pela CMO

**QUATRO COMISSÕES APROVARAM** ontem emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) 2018. As propostas seguem agora para análise na Comissão Mista de Orçamento (CMO).

Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) foram aprovadas quatro emendas. No valor global de R\$ 825 milhões, todas elas são destinadas ao Ministério da Justiça e à segurança pública.

Uma das emendas, no valor de R\$ 300 milhões, tem o objetivo de reforçar a ação Fortalecimento das Instituições de Segurança Pública. O mesmo valor está sendo indicado para a ação Aprimoramento da Infraestrutura da Polícia Rodoviária Federal.

O relator, Valdir Raupp



Dário Berger, relator das propostas de emendas na Comissão de Educação, conversa com a senadora Lúcia Vânia

(PMDB-RO), salientou que, para selecionar as quatro emendas, levou em conta critérios de alcance social e, ao mesmo tempo, a frequência das sugestões na lista apresentada pelos senadores.

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou cinco emendas. O relator, Dalírio

Beber (PSDB-SC), também adotou como critério o número de indicações pelos senadores. Quatro emendas destinam-se ao Fundo Nacional de Saúde: R\$ 540 milhões à assistência médica qualificada e gratuita e a atividades educacionais e de pesquisa em saúde na Rede Sarah de Hospitais de Reabili-

tação; R\$ 360 milhões à estruturação de unidades de atenção especializada em saúde; R\$ 215 milhões à estruturação da rede de atenção básica à saúde; e R\$ 200 milhões à aquisição de medicamentos para o tratamento de doenças raras.

Na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo





(CDR), foram aprovadas quatro emendas, num total de R\$ 1,56 bilhão. O relator, Paulo Rocha (PT-PA), priorizou propostas que atendem o objetivo de reduzir assimetrias inter-regionais. Entre as emendas aprovadas, a de maior valor destina R\$ 500 milhões para a ação de Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística.

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou quatro emendas no valor total de R\$ 830 milhões. Segundo o relator, Dário Berger (PMDB-SC), os recursos foram distribuídos como tem sido feito na comissão: duas emendas para a área de educação, uma para a cultura e a outra para o esporte.

Na educação, são R\$ 200 milhões para transporte escolar e R\$ 280 milhões para os institutos federais. Na cultura, os R\$ 150 milhões são para a implantação e modernização de espaços culturais. Para o esporte, foram aprovados R\$ 200 milhões.

## Queda dos juros permite economia de R\$ 80 bi

*RIBAMAR OLIVEIRA*

Muita gente já escreveu sobre a rapidez surpreendente com que a inflação caiu no Brasil. Quando Michel Temer tomou posse, no fim de agosto de 2016, depois do impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, o IPCA acumulado em 12 meses estava em 8,97%. Em setembro deste ano, a inflação acumulada em 12 meses já tinha caído para 2,54%.

Essa queda vertiginosa da inflação permitiu que o Banco Central reduzisse fortemente a Selic, taxa básica de juros da economia. O que pouca gente se atenta é para o efeito da queda dos juros sobre as contas públicas.

A redução da taxa Selic de 14,25% ao ano, em setembro de 2016, para 8,25% em agosto deste ano, resultou em uma economia de R\$ 79,6 bilhões para os cofres da União, de acordo com estimativa feita pela Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão do Senado. O diretor-executivo da IFI, Felipe Salto, disse ao Valor, que os efeitos totais da forte redução da Selic ainda não aparecem

integralmente nas estatísticas fiscais.

Política monetária deu grande ajuda ao ajuste fiscal

A razão para isso é que as mudanças na taxa básica ocorrem ao longo do tempo e seu efeito tem maior ou menor defasagem, a depender do tipo do título público. Para cada ponto percentual de redução na Selic, Salto estima um alívio de R\$ 40 bilhões nas contas públicas, em termo anualizados. Ou seja, depois de decorrido um ano após a queda da taxa. A economia total, portanto, será ainda maior.

A estimativa da IFI só considerou a queda dos juros, com o objetivo de dimensionar o impacto da redução da Selic nas contas públicas. Mas evidentemente, como observou Salto, outros fatores também afetam positiva ou negativamente a conta de juros, como os lucros/prejuízos nas operações do Banco Central com swaps cambiais, a queda da inflação (devido ao efeito sobre os títulos atrelados aos índices de preços) e o

aumento da participação das LFTs no total da dívida, que foi de quase seis pontos percentuais, recentemente.

As simulações feitas pela IFI mostram que, se a Selic não tivesse caído, com todos os demais fatores mantidos constantes, a dívida pública bruta estaria, hoje, cerca de 1,3 ponto do Produto Interno Bruto (PIB) superior ao nível atual (veja tabela abaixo). O último dado do Banco Central para a dívida pública bruta de 73,7% do PIB refere-se ao fim de agosto de 2017.

A política monetária executada pelo BC deu, portanto, uma grande ajuda ao ajuste fiscal. Essa trajetória, no entanto, precisa ser avaliada com cautela, pois nada garante que os juros fiquem em patamares baixos permanentemente. O BC reconhece que está com uma política monetária de estímulo à economia.

Deve-se observar também que o principal determinante da trajetória da dívida pública são os resultados primários. O governo federal vem registrando déficits primários desde





2014. E a perspectiva é que os déficits continuarão, pelo menos, até o ano 2021.

Os juros baixos, com a consequente redução do custo da dívida, permitem que o governo ganhe tempo para adotar as medidas necessárias ao reequilíbrio das contas públicas. Além disso, se os juros reais forem mantidos abaixo de 4% ao ano daqui para frente, como tudo indica ser bastante possível, o superávit primário necessário para estabilizar a dívida pública em proporção ao PIB será menor do que inicialmente se imaginava.

Em recente palestra na Fundação Getulio Vargas (FGV) de São Paulo, o economista Marcos Mendes, chefe da assessoria especial do ministro da Fazenda, fez uma série de projeções sobre a combinação de juros, crescimento e superávit primário para estabilizar a dívida. Para uma dívida equivalente a 74,5% do PIB, juro real de 4% ao ano e crescimento do PIB de 3%, seria

necessário um superávit primário de apenas 0,7% do PIB.

---

Mudou para melhor o cenário fiscal deste ano, avalia o Núcleo de Assuntos Econômico-Fiscais da Consultoria de Orçamento da Câmara dos Deputados. Há pouco tempo, havia um elevado grau de incerteza sobre a possibilidade de o governo cumprir até mesmo a meta fiscal ampliada deste ano, de déficit primário de R\$ 159 bilhões. As dúvidas estavam relacionadas, principalmente, com a capacidade de obtenção de receitas extraordinárias que foram colocadas na conta.

Entre elas estava a receita que seria obtida com a relicitação das hidrelétricas da Cemig que não tinham sido renovadas. O leilão foi realizado e a arrecadação foi de R\$ 12,13 bilhões, superando em R\$ 1,07 bilhão a previsão do governo. Com o leilão de áreas de petróleo, o governo também arrecadou mais de

R\$ 3 bilhões além do esperado.

A surpresa agora está ocorrendo com o novo Refis, parcelamento de débitos tributários em condições vantajosas. O Refis, chamado oficialmente de Programa Especial de Regularização Tributária, já arrecadou quase R\$ 8 bilhões até setembro.

O Núcleo de Assuntos Econômico-Fiscais considera que é muito provável que a estimativa inicial do governo, de receita de R\$ 13 bilhões, seja alcançada e, até mesmo, superada. Ainda haverá a licitação de oito campos do pré-sal neste ano, com expectativa de ágio elevado. O Núcleo já sugere que o governo adie o ingresso de alguma receita extra para ajudar a fechar as contas de 2018.

Ribamar Oliveira é repórter especial e escreve às quintas-feiras

E - m a i l :  
ribamar.oliveira@valor.com.br

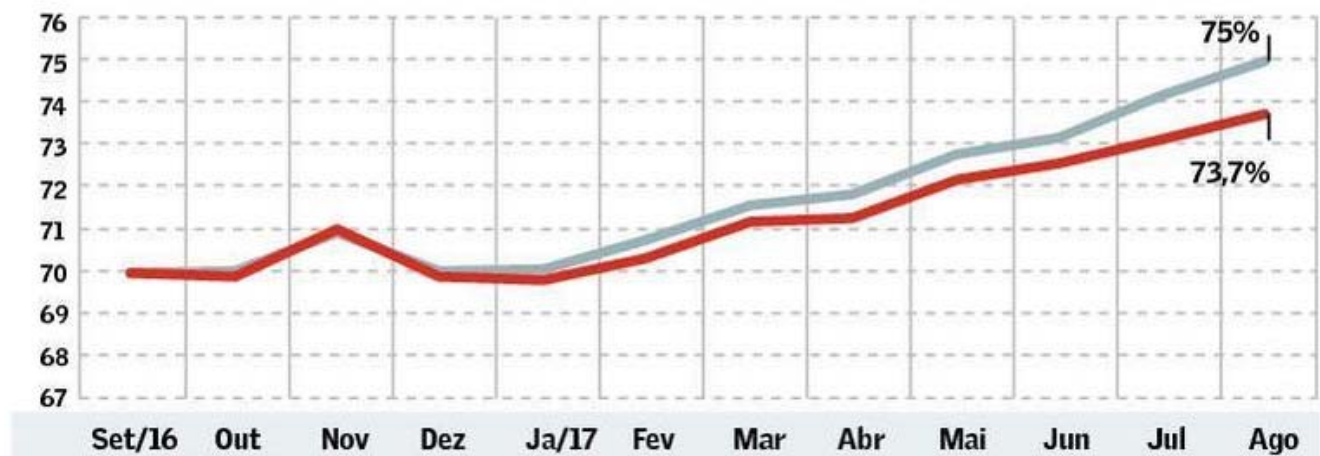




# Uma forte ajuda

Efeito da queda dos juros na dívida pública, em % do PIB

— Trajetória da dívida pública bruta se a Selic tivesse sido mantida em 14,25% ao ano      — Trajetória da dívida pública bruta com a queda da Selic de outubro de 2016 a agosto de 2017



Fonte: Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado

## Com orçamento menos flexível da AL, Brasil só investe 1% do total

Por Sergio Lamucci | De São Paulo

O Brasil tem o orçamento menos flexível de um grupo de 16 países da América Latina, de acordo com estudo da Moody's Investors Service. Entre 2010 e 2016, 55% dos gastos totais do governo central foram destinados para transferências como aposentadorias, 25% para o pagamento de juros e menos de 1% para o investimento, diz relatório da agência de classificação de risco. As despesas obrigatórias correspondem a nada menos que 93% dos dispêndios da União. Para a Moody's, essa rigidez torna "extremamente difícil" a redução do déficit público por meio do corte de gastos, tornando complicado o ajuste fiscal.

A parcela irrisória do investimento nas despesas totais da União evidencia a má qualidade do gasto público no Brasil, concentrado em despesas correntes e financeiras. Na mediana dos 16 países latino-americanos analisados pela

Moody's, o percentual do investimento ficou em 18% entre 2010 e 2016. A mediana é o número que fica no centro de uma distribuição de dados..

A fatia dos gastos totais destinada ao pagamento de juros também destoa do registrado na região, segundo relatório da agência, divulgado nesta quinta-feira. Enquanto a parcela das despesas financeiras no Brasil chega a um quarto do total, a mediana do grupo de 16 países analisados é de 9%.

Chefe da equipe de ratings soberanos da América Latina da Moody's, Mauro Leos diz que o principal motivo para a rigidez das despesas no Brasil são as transferências, que incluem gastos como aposentadorias, programas sociais e subsídios. Dentro desse grupo, as aposentadorias têm o maior peso, nota ele. "Sem a reforma da Previdência, o governo não será capaz de estabilizar ou reduzir a fatia das despesas destinadas a transferências, o que pode resultar na contínua rigidez do orçamento",

afirma Leos, em resposta a uma pergunta sobre a sustentabilidade do teto de gastos, o mecanismo que limita o crescimento dos dispêndios da União à inflação acumulada nos 12 meses até meados do ano anterior.

Na mediana dos 16 países da América Latina, as transferências responderam por 26% dos gastos totais (incluindo despesas com juros) entre 2010 e 2016, bem abaixo dos 55% registrados no Brasil.

Números como esses mostram que as despesas são muito menos flexíveis em outros países, tornando politicamente difícil para o governo tomar decisões que envolvam cortes de gastos, aponta o relatório. "A estrutural geral dos gastos públicos é um elemento negativo para o perfil de crédito do Brasil", diz a agência, que atribui o rating Ba2 para o país, duas notas abaixo do grau de investimento, com perspectiva negativa.

No índice de flexibilidade de gastos, a Moody's considera como





obrigatórios os dispêndios com juros, salários e transferências, porque os pagamentos são ou exigidos legalmente ou muitos difíceis de serem ajustados politicamente, afirma Leos.

Ao falar sobre os problemas causados pela rigidez orçamentária no Brasil, Leos ressalta que as contas públicas no país ficaram pressionadas devido a um choque sobre as receitas causado pela recente recessão. "A estrutura de despesas altamente inflexível é um dos motivos pelos quais o governo lutou para conter a deterioração da situação fiscal", diz ele, ressaltando que mais de 90% do orçamento é obrigatório.

"Isso deixa opções limitadas para reduzir gastos em comparação com outros países latino-americanos, em que as despesas obrigatórias respondem por uma fatia muito menor dos dispêndios totais", observa Leos. "Ao longo do tempo, o endividamento crescente pode

resultar numa parcela maior das despesas destinada para o pagamento de juros, o que pode comprimir os gastos em outras áreas, como o investimento."

Em países como México, El Salvador, Uruguai e Panamá, a fatia voltada para pagamento de juros ficou entre 10% e 15% no período de 2010 a 2016. Já no caso de Argentina, Honduras, Equador e Peru, a parcela variou de 5% a 10%, atingindo apenas 3% no Chile e no Paraguai. São números muito inferiores aos 25% do Brasil. Esse nível recorde, segundo a Moody's, reflete o endividamento elevado e crescente, combinado com juros domésticos elevados, "tipicamente associados a papéis do governo".

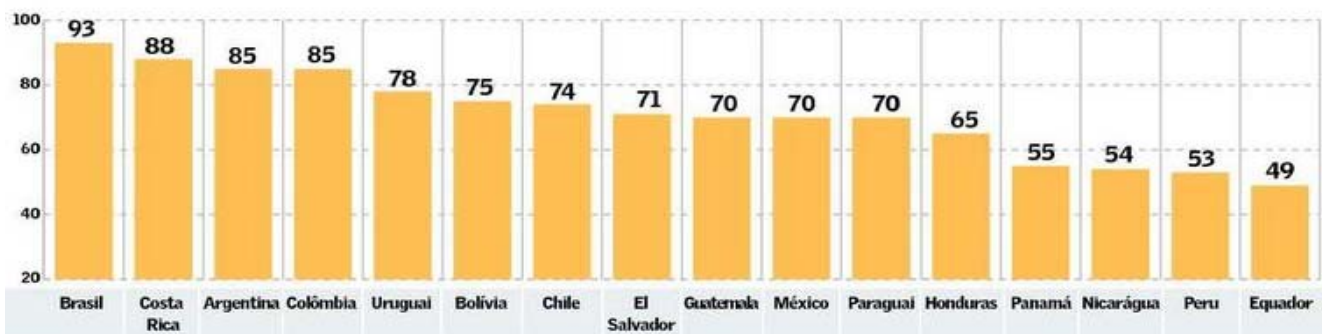
O relatório da Moody's mostra ainda que o Brasil é o país em que o governo central mais gasta na América Latina: as despesas totais ficaram em 27% do PIB na média de 2010 a 2016. É um número bem

acima dos 19% da mediana das 16 economias analisadas pela agência de classificação de risco. Para financiar esse volume pesado de gastos, é necessário uma carga tributária elevada. A magnitude das despesas dá uma medida do tamanho do governo na economia, sendo um dos motivos que explicam o nível elevado dos juros no país, segundo vários analistas.

A Moody's enfatiza que a situação fiscal do Brasil é delicada. Em 2016, o setor público teve déficit nominal (inclui gastos com juros) de 9% do PIB, número que deve piorar para 9,4% do PIB neste ano, segundo a agência. Em 2018, a perspectiva é que o resultado "melhore marginalmente", avalia a Moody's. Nesse cenário, a dívida bruta está em alta forte, tendo aumentado de 51,5% do PIB em 2013 para 73,7% do PIB em agosto deste ano.

## Alta rigidez

Fatia de gastos obrigatórios no orçamento do governo central (países selecionados da América Latina – %)



De 2010 a 2016, os gastos do governo central no Brasil ficaram em média em **27%** do PIB; a mediana da América Latina é de **19%** do PIB

No período, as despesas com juros no Brasil equivaleram a **25%** dos gastos do governo central, enquanto o investimento respondeu por apenas **1%**

## Janela para aprovar Previdência vai até o fim do ano

Por Fabio Graner e Murillo Camarotto | De Brasília

Para uma plateia de ministros do Tribunal de Contas da União (TCU), órgão auxiliar do Congresso Nacional que tem cada vez mais peso político, dois dos principais integrantes da equipe econômica fizeram coro pela reforma da Previdência. A pauta da reunião era o teto de gastos, mas o ministro do Planejamento, Dyogo de Oliveira, e o secretário de Acompanhamento Econômico do ministério da Fazenda, Mansueto Almeida, transformaram a reunião em um ato de clamor pela reforma, cujo risco de não aprovação pelo Congresso é bastante elevado.

Dyogo disse que a reforma da Previdência tem uma janela de aprovação até o fim do ano, após a votação da denúncia contra o presidente Michel Temer. Para ele, se deixar para o ano que vem não será possível realizá-la, ainda que seja urgente, por conta do calendário eleitoral. "O espaço político é pequeno, mas o governo está disposto a enfrentar isso na reta final deste ano", afirmou Dyogo.

Mansueto, por sua vez, defendeu a necessidade de reforma como meio de viabilizar o teto de gastos e o equilíbrio fiscal de longo prazo. E destacou que, se não for feita agora, a medida terá que ser a primeira a ser adotada pelo próximo governo. "Ela tem que ocorrer

necessariamente neste mês ou no mês seguinte? Se não houver agora, será o fim do mundo? Não será. Mas se nós não conseguirmos fazer a reforma da Previdência, tenho absoluta certeza que será a primeira medida do próximo governo. É uma reforma de Estado", salientou Mansueto.

Dyogo salientou que a reforma da Previdência é absolutamente necessária para manter a saúde financeira do Estado. "Estado quebrado não é ambiente para crescimento econômico. Sem equilíbrio fiscal, não há modelo (econômico) que dê certo", disse o ministro.

Ele fez os comentários em resposta a um questionamento do ministro do TCU José Múcio Monteiro. Ex-parlamentar, Múcio afirmou que o último ano de mandato é muito complicado para aprovar qualquer mudança considerada impopular. Quis saber, com isso, se o governo ainda tinha esperança em aprovar a Previdência. Outros ministros da Corte também mostraram a mesma preocupação

Dyogo lembrou que o governo do presidente Michel Temer não tem pretensões de reeleição e irá se concentrar nas reformas que o país precisa. O ministro também afirmou que quem é contra a reforma da Previdência "é contra todo o resto que o governo faz", já que o gasto dessa rubrica está tomando o espaço das demais despesas.

De acordo com ele, o déficit na Previdência deve superar os R\$ 200 bilhões no ano que vem. "A situação é crescentemente grave", afirmou o ministro do Planejamento. Em sua opinião, reformas como a da Previdência são importantes para evitar uma percepção de que o governo não terá como pagar a dívida pública, o que jogaria o país em uma situação muito grave, com o risco de volta de problemas como a hiperinflação.

O ministro do Planejamento disse que a velocidade do envelhecimento da população brasileira traz consigo um grande risco de o país ficar velho antes de ficar rico. "A grande preocupação é de nos tornarmos um país velho e pobre", disse Dyogo. Ele lembrou ainda que o governo não está propondo nada que avance em direitos adquiridos. "Estamos lutando para evitar situações de retirada de direitos para pagar aposentadorias", afirmou o ministro.

Mansueto Almeida também disse que o problema do rombo na Previdência não pode ser resolvido só com gestão e que reformas são necessárias. De acordo com o secretário, a discussão sobre o teto dos gastos se torna inócua se não houver reforma da Previdência. "Sem a reforma, não dá para cumprir o teto até 2026", afirmou.

Mansueto lembrou que, pela curva demográfica atual, em 2040 haverá quatro pessoas trabalhando para sustentar um aposentado. Em 2060, apenas dois trabalhadores da ativa irão pagar a aposentadoria de cada idoso.



## Quanto custa

Quanto custa ao país manter o presidente Michel Temer no cargo? A conta está ficando imensa pela soma da paralisia decisória em questões-chave, o abandono das reformas econômicas, os gastos aprovados, e as medidas que o governo têm adotado para fazer a vontade dos grupos de interesse e assim vencer uma a uma as denúncias que pesam contra ele.

Os avanços econômicos que o governo Temer conseguiu estão sendo desmanchados pela crise política que ele mesmo criou. O governo está parado enquanto o presidente se defende. Nos discursos dos seus partidários na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados um dos argumentos mais repetidos é que a economia melhorou e que, por isso, o presidente deve ser mantido. O problema com esse raciocínio é que a melhora da economia não pode ser biombo para que não se investigue as acusações contra o presidente nas delações tanto de Joesley Batista quanto de Lúcio Funaro.

No esforço de se manter no cargo, Temer fortalece a coalizão dos investigados da Lava-Jato, como se viu esta semana na manutenção do mandato do senador Aécio Neves. Os que o defenderam usaram o argumento institucional, quando na verdade tentavam

proteger a si mesmos, como os senadores Romero Jucá, Jader Barbalho, Renan Calheiros. Na articulação principal estava o governo Temer, que quer em troca o apoio de todos os tucanos. Na primeira denúncia teve apenas metade da bancada.

No começo do seu governo, o presidente escolheu uma boa equipe econômica e bons gestores para algumas das estatais como a Petrobras, Eletrobras, Banco do Brasil e BNDES, além do Banco Central. Com os acertos, a inflação despencou, os juros foram derrubados em seis pontos percentuais, a bolsa se recuperou, o dólar e o risco-país caíram. Lentamente, o ambiente recessivo foi cedendo, e o país já coleciona dados de melhora dos últimos meses. O mês de agosto teve queda dos índices de produção industrial, vendas de varejo, do setor de serviços e IBC-Br, mas os economistas dizem que é apenas uma acomodação e não reversão da tendência de melhora. Tanto que alguns números, quando comparados com 2016, mostram aceleração. O IBC-Br, por exemplo, foi de 1,4% para 1,64%. Mas a perda de que se fala é mais profunda do que um indicador apenas.

A maior ameaça a esse processo de recuperação é o próprio governo do presidente Temer. Neste momento em que a segunda denúncia

está tramitando na Câmara, as decisões necessárias para o ajuste fiscal, para a revisão da meta do Orçamento, estão paradas em grande parte na Casa Civil. O temor é o de que qualquer medida desagrade a algum possível apoiador do presidente.

Para atender à grande bancada ruralista, o governo baixou essa portaria do Ministério do Trabalho que é um monstrego. Ela reconceitua o trabalho escravo, reduz o poder dos fiscais, e dá ao ministro o arbítrio de divulgar a lista das empresas autuadas. Isso significa um enorme retrocesso na luta contra esse crime dentro da cadeia produtiva. Esta não é a primeira concessão feita à mesma bancada, mas tem o efeito de agradar também à indústria da construção civil. Outra concessão aos ruralistas foi o parcelamento, que pode se transformar em perdão, de uma dívida de R\$ 17 bilhões com a Previdência.

As complicações nas quais o presidente se envolveu custaram também a reforma da Previdência. Ela estava se encaminhando para ser votada quando foi divulgada a conversa entre o presidente e o empresário Joesley Batista. Cinco meses depois, ela não foi votada, como dificilmente será.





O custo pago pelo país por essa desastrosa dupla eleita em 2014 é incalculável. A recessão provocada pela cabeça de chapa, a ex-presidente Dilma Rousseff, custou quase dez pontos percentuais de encolhimento do PIB per capita. Nas pequenas melhoras conduzidas pelo seu vice e sucessor não estão a reversão do grave quadro de déficit público. Ambos lutaram para permanecer no cargo usando os recursos da Presidência. Dilma não conseguiu. Temer tem se mantido. Mesmo que fique até o último dia deste mandato, ele continuará sem condições de levar adiante qualquer projeto. Ainda faltam mais de 14 meses até o fim do período para o qual foi eleita a chapa Dilma-Temer. E o país continua contando as perdas.

## O STF pode controlar o orçamento público?

MARIA PAULA DALLARI BUCCI

O Supremo Tribunal Federal aprecia nesta quinta-feira (19) liminar do ministro Ricardo Lewandowski, que suspendeu a eficácia dos artigos 2º e 3º da Emenda Constitucional (EC) 86/2015, remetendo a matéria ao plenário. Foi julgada inconstitucional a redução do financiamento da saúde, decorrente dos subpisos e da inclusão dos royalties do pré-sal —até então considerados receitas adicionais— no piso orçamentário específico, para driblar as vinculações reforçadas pela EC 29/2000.

Alguns questionarão se se trata de medida indevida do Poder Judiciário, substituindo ao Executivo e Legislativo e frustrando os arranjos políticos do governo, promovidos inclusive em nome da contenção da crise fiscal. Outros aguardarão a confirmação da acertada decisão, baseada nos compromissos assumidos pelo Brasil no Pacto de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, que integra nossa legislação desde o Decreto 591/92.

A cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5.595 entende que os direitos fundamentais na Constituição Federal são acompanhados de garantias de

efetivação.

No plano material, a organização de agentes públicos e privados na rede articulada do SUS (arts. 198 e 199, § 1º). No plano jurídico, o Poder Judiciário detém a competência de incidir sobre as decisões dos demais Poderes quando esses falham no princípio fundamental e razão de ser da Constituição.

Assim, mais correto que se entender o conflito posto na ação como embate entre política (o Executivo, que propõe o orçamento, e o Legislativo, que o aprova) e direito (o Judiciário, que o julga) é compreendê-lo como conflito da política com a política, mediado pelo direito.

O STF, nesse caso, não está substituindo aos entes competentes para escolhas políticas traduzidas no orçamento, mas protegendo limites constitucionais para a manipulação orçamentária, em face de direitos fundamentais como a saúde. Nesse tema não se admite a ampliação da discricionariedade alocativa pelo governo de turno, nem sob a invocação de bons propósitos de gestão fiscal, até porque as Emendas

86 e 95 nada trouxeram para melhorar a administração dos recursos.

Está em questão outra cláusula pétrea da Constituição, referente ao pacto federativo (CF, art. 60, § 4º, I), cujo pressuposto é a capacidade de cada ente financiar seus encargos. Nota dos secretários de Saúde de Estados e Municípios (set. 2017) denunciava o "desfinanciamento progressivo do SUS".

Em 1993, a União respondia por 72% dos gastos públicos em saúde, o que foi reduzido, em 2015, a apenas 43%, obrigando os demais entes a cobrir a diferença, a despeito de ser a União quem mais arrecada. Além disso, com a edição da EC 95/2016 (teto de gastos), estima-se uma perda para a saúde, em termos globais anuais, de R\$ 2,8 bilhões em 2017, que se elevará a R\$ 58,8 bilhões em 2036.

A escolha política fundamental contida na Constituição depende da construção de políticas públicas "de Estado" —tecido jurídico, político, social e econômico urdido a muitas mãos, ao longo de sucessivas governos— e da proteção do STF.





MARIA PAULA DALLARI  
BUCCI, professora da Faculdade  
de Direito da USP, é doutora e livre-  
docente pela mesma universidade

## Maia se diz vítima de 'intrigas' do governo

Presidente da Câmara afirma a Temer que não pretende indicar nome para o BNDES

Vera Rosa / BRASÍLIA

Após a tensão dos últimos dias com o governo, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse ontem ao presidente Michel Temer que não quer indicar ninguém para o comando do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) nem vai aceitar cargos. Convidado para uma conversa com Temer no Palácio do Planalto, Maia se queixou das "intrigas" contra ele e afirmou não estar sendo respeitado. A informação de que o Planalto avalia substituir o presidente do BNDES, Paulo Rabello de Castro, emplacando no comando do banco um afilhado político de Maia, irritou ainda mais o deputado. A notícia foi publicada pelo Estado na edição de ontem. Fora da agenda oficial, a reunião entre Temer e Maia ocorreu horas depois de o presidente almoçar com Rabello de Castro e receber reclamações, de integrantes da equipe econômica, de que interferências políticas poderiam prejudicar o BNDES.

"Querem passar a ideia de que estou atrás de cargos, o que não é verdade", disse Maia ao Estado. "Se querem mudar, mudem, mas isso não é problema meu. Não estou pedindo a cabeça de ninguém." Após o encontro, surgiram rumores

de que o deputado havia tratado ali do rito de votação da segunda denúncia contra Temer – por obstrução da Justiça e organização criminosa –, marcada para a próxima quarta-feira, dia 25, no plenário da Câmara. Em nota oficial, Maia não escondeu a contrariedade com o que chamou de "versão" dos fatos e negou que a denúncia tenha sido objeto da conversa no Planalto. "Essa versão é falsa e quem a divulgou deve vir a público dizer por que o fez e com qual intenção", escreveu Maia, ao sustentar que "o autor da falsa versão disseminada pelo Palácio do Planalto precisa repor a verdade dos fatos".

Nos bastidores, aliados do deputado contam que ele atribui os vazamentos aos ministros Moreira Franco (Secretaria-Geral da Presidência) e Eliseu Padilha (Casa Civil), também alvos de investigação. Maia afirmou no comunicado que Temer o chamou ao palácio "para esclarecer episódios recentes que deram margem a incompreensões". Disse, em tom duro, que não havia sentido algum em tratar do rito processual de votação com o presidente de outro Poder, "muito menos quando é um deles que está sendo processado e julgado com seus ministros". Embates. Na lista dos embates entre Maia e Temer estão as críticas que o presidente da Câmara fez ao governo após uma manobra do Planalto para que não fosse votada uma medida provisória autorizando o Banco Central a firmar

acordo de leniência com instituições financeiras.

Para acalmar o deputado, às vésperas da votação da segunda denúncia contra Temer, o Executivo autorizou a substituição da MP por um projeto de lei, apresentado pelo deputado Pauderney Avelino (DEM-AM). Em setembro, Maia já havia provocado mal-estar no Planalto ao dizer que o governo e a cúpula do PMDB tinham dado uma "facada nas costas" do DEM quando assediaram parlamentares que já estavam em negociação com seu partido. Na época, ele também reclamou de "desrespeito" por parte da equipe de Temer. Desde então, já repetiu algumas vezes esse repertório.

Na conversa de ontem, o presidente da Câmara também cobrou de Temer uma nova agenda de desenvolvimento e disse que o governo tem dado passos errados, precisando se "reinventar". Na avaliação de auxiliares do presidente, porém, Maia faz esse discurso porque é candidato à reeleição, em 2018, e quer se descolar da impopularidade de Temer. "Querendo ou não, o Rodrigo é uma opção institucional para o País", afirmou a senadora Kátia Abreu (PMDB-TO), que faz oposição a Temer e tem organizado encontros de parlamentares com Maia. "Nessas reuniões, nós discutimos o momento político e as dificuldades. Agora, quem decide o que vai acontecer é o plenário da Câmara."

## Arrecadação cresce dois meses seguidos e governo planeja gastar mais este ano

Cenário fiscal. Receita foi turbinada por programa de parcelamento de débitos e tributos como IPI e Cofins, que refletem melhora da atividade econômica; com mais dinheiro em caixa, equipe econômica quer pagar despesas que haviam sido postergadas para 2018

Adriana Fernandes  
Idiana Tomazelli

Pelo segundo mês consecutivo, a arrecadação do governo federal cresceu mais do que a inflação. O resultado reflete uma melhora dos indicadores da atividade econômica e alivia a situação fiscal da União. Com mais dinheiro em caixa, o governo deve pagar, ainda neste ano, parte das despesas que seriam postergadas para 2018. Em agosto, as receitas do governo federal tiveram alta real de 10,78% na comparação com o mesmo mês do ano passado.

Os dados de setembro ainda não foram divulgados. Mas a estimativa da Consultoria de Orçamento e Fiscalização da Câmara dos Deputados, com base nos dados do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), aponta para um crescimento real de cerca de 6% nas receitas no mês passado em relação a setembro de 2016. Embora turbinada pelo

pagamento do novo programa de parcelamento de débitos tributários (Refis), a alta da arrecadação do governo federal foi puxada pelo IPI e pela Cofins, tributos que são termômetros da atividade econômica, segundo ressaltou ontem o secretário de Acompanhamento Econômica do Ministério da Fazenda, Mansueto Almeida.

Ele antecipou que o crescimento da arrecadação deverá ser superior a 3% em setembro, mas não informou o percentual exato. “Possivelmente a alta real da arrecadação pode nos dar um cenário fiscal melhor”, disse Mansueto. Segundo ele, o desempenho favorável por dois meses consecutivos é positivo porque antes o comportamento da arrecadação se mostrava muito incerto, com seguidas frustrações. A avaliação dos consultores da Câmara é que a arrecadação veio melhor que o previsto, mas o resultado é insuficiente para antecipar qualquer tendência.

Isso porque o desempenho da arrecadação, tanto de agosto quanto de setembro, refletiu as receitas do Refis. O ministro do planejamento, Dyogo Oliveira, previu que o programa de parcelamento pode garantir uma arrecadação superior à expectativa

atual do governo, que é obter uma receita de R\$ 8,8 bilhões neste ano. Segundo ele, a arrecadação do programa já está em quase R\$ 10 bilhões, mas ainda é preciso ponderar as recentes mudanças nas condições aprovadas pelo Congresso.

“Mas provavelmente o valor pode superar o inicial”, afirmou em audiência pública no Tribunal de Contas da União (TCU) sobre o teto de gastos. Com a arrecadação melhor e a diminuição dos riscos de cumprimento da meta fiscal de déficit de até R\$ 159 bilhões, a discussão passa a ser o que fazer com o dinheiro: ampliar o limite de gastos para tirar pressão do Orçamento em 2018 ou fazer um déficit menor este ano. Segundo apurou o Estadão/Broadcast, a tendência é pagar um volume maior de despesas em 2017, mas perto do fim do ano.

A avaliação é de que, se o espaço fiscal for ampliado muito cedo, os ministérios vão começar a contratar despesas que não fariam. Por outro lado, se a liberação for feita no final de novembro e início de dezembro, os órgãos vão pagar as despesas já contratadas. Para o ex-secretário de Política Econômica da Fazenda, Manoel Pires, o governo deveria quitar restos a pagar (despesas



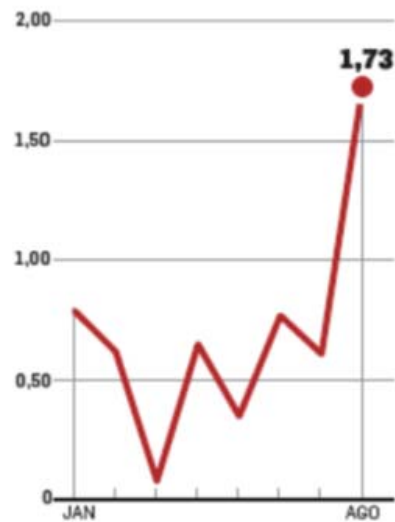
transferidas de um ano para outro) para diminuir o problema fiscal no ano que vem.

“O governo não deve aprovar esse pacote de medidas fiscais que ainda nem enviaram para o Congresso”, afirmou. Em 2018, na sua avaliação, os parlamentares estarão mais interessados na eleição. “Ninguém vai prestar atenção na meta fiscal depois de abril.”

## EM ASCENSÃO

### ● Arrecadação no ano

EM PORCENTAGEM - ANTE IGUAL PERÍODO DE 2016



FONTE: RECEITA FEDERAL INFOGRÁFICO/ESTADÃO

## Reforma da Previdência é urgente, diz ministro



Dyogo Oliveira: rombo das contas públicas é a grande preocupação

HAMILTON FERRARI  
ESPECIAL PARA O CORREIO

Mesmo com pouco “espaço político”, o governo precisa aprovar a reforma da Previdência Social o quanto antes, disse ontem o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira. Segundo ele, as mudanças são inevitáveis e, quanto mais cedo forem feitas, mais “suaves” serão. A declaração foi feita durante apresentação das contas públicas no Tribunal de Contas da União (TCU). De acordo com o ministro, a reforma dificilmente será aprovada no ano que vem, por causa das eleições. “Acho que, assim que votarem a questão da denúncia [de obstrução

da justiça contra o presidente Michel Temer], abre-se a uma janela de pauta”, observou.

A crise fiscal é a grande preocupação de governo e empresários. Segundo Dyogo, embora a economia venha mostrando recuperação, as contas públicas preocupam. “A cada período, a proporção das despesas obrigatórias cresce no orçamento, o que torna a gestão extremamente difícil”, afirmou. Só os gastos com a Previdência Social e o pagamento de salários e benefícios representam 70% das despesas obrigatórias. “A Grécia, que quebrou, tem em torno de 25% do orçamento com Previdência”, comparou. “Quanto antes se fizer (a

reforma), mais suave vai ser. Agora, ainda há uma regra de transição. Depois, não haverá. Quando a barragem explodir, aí não terá mais jeito”, afirmou.

A secretária do Tesouro Nacional, Ana Paula Vescovi, acrescentou que o orçamento deficitário reduz a “capacidade de escolha” de políticas públicas. “O orçamento fica muito enfraquecido por causa da rigidez orçamentária. Estamos amarrados à indexação dos gastos”, afirmou.

Luís Otávio de Souza Leal, economista-chefe do Banco ABC Brasil, afirmou que os problemas começarão a se avolumar a partir de 2019. “Não no caso do Executivo, mas dos outros poderes. Até 2020, o governo pode compensar o estouro dos outros entes. O governo central vai ver o início dos problemas com o teto em 2020, no máximo, 2021. Mesmo considerando a reforma, é preciso aprovar outras medidas para impedir o avanço das despesas”, alegou.

O deficit das contas públicas implica o crescimento exponencial da dívida pública. O secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, Mansueto Almeida, destacou que o país nunca teve uma sequência de desequilíbrio orçamentário tão intensa. “Hoje, o Brasil tem um nível de dívida muito acima da média. Se fosse alta, mas







estável, o problema não seria tão sério. Mas ela cresceu abruptamente. Em três anos e meio, subiu 20 pontos percentuais e chegou no patamar de 73% do Produto Interno Bruto (PIB)”, afirmou. A tendência é que alcance 90% em 2021.

Mansueto reconheceu que, para cumprir o teto de gastos, que limita o crescimento das despesas à variação da inflação do ano anterior, os próximos governos precisam fazer uma série de tarefas. “Nos próximos quatro, cinco, seis, oito anos, cada presidente terá que cortar um pouquinho das despesas. É um cenário muito difícil, com um agravante. A nossa elite não tem a dimensão de como é o comportamento do gasto público”, alegou.

#### Caixa

Dyogo Oliveira disse desconhecer negociações de uma operação de crédito de R\$ 10 bilhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em favor da Caixa Econômica Federal. A ação evitaria evitaria que o Tesouro tivesse que fazer um aporte para a Caixa. Em troca, o BNDES ficaria com a gestão do FI-FGTS, que usa recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço para financiar obras de infraestrutura. Em qualquer caso, garantiu, não haveria compra de “ativos ruins” da estatal.

Oliveira afirmou que o banco de desenvolvimento tem “folga de caixa bastante grande”. O BNDES devolveu do Tesouro, recentemente, R\$ 33 bilhões que havia recebido para reforçar empréstimos. Ainda restam pagar R\$ 17 bilhões até o fim deste ano e R\$ 130 bilhões em 2018.

O Executivo também estaria estudando transformar a Caixa em uma empresa de sociedade anônima, seguindo a política de governo em abrir o capital do banco. O Ministério da Fazenda negou, porém, que essa ação esteja sendo estudada. O banco não quis comentar o assunto e as declarações do ministro do Planejamento.

#### Refis

O Programa Especial de Regularização Tributária, o novo Refis, pelos cálculos do ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, está com arrecadação de quase R\$ 10 bilhões. Valor que pode mudar, já que o prazo de adesão termina em 31 de outubro e a “programa ainda não foi sancionado”, o que pode ocorrer com vetos. Até o momento, os devedores estão pagando com base nas regras do texto original da Medida Provisória enviada ao Congresso. Segundo Oliveira, a pasta já encaminhou ao Palácio do Planalto os projetos com medidas de ajuste para elevar receitas e reduzir despesas em 2018. “Agora, é timing do Palácio do Planalto decidir o momento mais adequado para enviar.”